

**CORPOREIDADE E MOTRICIDADE COMO TEMA NO PROCESSO DE
FORMAÇÃO EM PEDAGOGIA****CORPORATION AND MOTORCYCLE AS A THEME IN THE PEDAGOGY
TRAINING PROCESS**Denilson José de Oliveira¹Tarcísio Fulgêncio Alves da Silva²Carlos Dornels Freire de Souza³**Resumo**

O profissional pedagogo é um dos responsáveis pela orientação e estimulação do desenvolvimento da criança em seus aspectos cognitivos, físicos e afetivo social durante o ensino infantil. A formação em Pedagogia deve contemplar o embasamento teórico e prático sobre motricidade bem como a abordagem da cultura corporal, para que os futuros docentes que atuarem no ensino infantil fundamentem as atividades didático-pedagógicas de acordo com as características de cada criança. O estudo tem por objetivo analisar como o tema corporeidade é abordado no processo de formação em pedagogia correlacionando com as prerrogativas das Diretrizes Curriculares Nacionais em Pedagogia e documentos oficiais relacionados ao currículo da Educação Infantil. Trata-se de um estudo exploratório, utilizando análise documental e revisão bibliográfica com abordagem predominantemente qualitativa. Ainda

¹ O autor é Professor do Curso de Fisioterapia da Faculdade São Francisco de Juazeiro e Mestre em Educação pela Universidade de Pernambuco. Membro do Grupo de Pesquisa em Saúde Coletiva (GPESC). E-mail: denilsonoliveira88@hotmail.com

² O autor é Doutor em Ciências da Saúde pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC/PR. Professor do Curso de bacharelado em Fisioterapia e do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares – Mestrado Profissional da Universidade de Pernambuco, campus Petrolina. Líder do Grupo de Pesquisa em Saúde Coletiva (GPESC). Membro do Grupo de Estudos em Saúde, Reabilitação e Desempenho Funcional. E-mail: tarcisio.silva@upe.br

³ O autor é Professor do Curso de Fisioterapia da Faculdade São Francisco de Juazeiro. Doutorando em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz, Recife, Pernambuco, Brasil. E-mail: cdornels@hotmail.com

discutido de maneira incipiente e com pouca especificidade na literatura, o tema da corporeidade e da motricidade na escola aborda importantes questões a serem discutidas em relação a formação em Pedagogia e sua consequente atuação junto as crianças da Educação Infantil.

Palavras-chave: Pedagogia. Desenvolvimento motor. Educação infantil. Corporeidade.

Abstract

The professional pedagogue is one of the responsible for the orientation and stimulation of the development of the child in its cognitive, physical and social affective aspects during the infantile education. The training in Pedagogy should contemplate the theoretical and practical foundation on motricity as well as the approach of the corporal culture, so that the future teachers who act in the infantile education base the didactic-pedagogical activities according to the characteristics of each child. The study aims to analyze how the issue of corporeality is approached in the pedagogical training process, correlating with the prerogatives of the National Curricular Guidelines in Pedagogy and official documents related to the curriculum of Early Childhood Education. This is an exploratory study, using documentary analysis and bibliographical review with a predominantly qualitative approach. Still discussed in an incipient way and with little specificity in the literature, the theme of corporeity and motricity in the school addresses important issues to be discussed in relation to Pedagogy formation and its consequent action with children of Early Childhood Education.

Key-words: Pedagogy. Motor development. Child education. Corporeity

INTRODUÇÃO

A partir do nascimento a criança começa a interagir com o meio através de reflexos inatos, iniciando o processo de aprendizagem e desenvolvimento motor. A fase do desenvolvimento que compreende entre 0 e 6 anos de idade, classificada como primeira infância, tem sido cada vez mais discutida e abordada por especialistas de diferentes áreas como sociólogos, pedagogos e

profissionais de saúde que entraram num amplo consenso quanto ao desenvolvimento da primeira infância, em que essa fase é tida como primordial, na qual a criança construirá uma base que a beneficiará por toda a vida. (UNESCO, 2007, p. 416).

Segundo Haywood e Getchell (2010), os termos aprendizagem e desenvolvimento motor não são sinônimos. O primeiro é definido como toda alteração no movimento seja ela de forma permanente ou não, sem relação com a idade. Já o desenvolvimento motor se passa em três aspectos inter-relacionados o físico, o cognitivo e o social. Durante o desenvolvimento do aspecto físico há mudanças no corpo, nas habilidades motoras, na capacidade sensorial e no cérebro. (PAPALIA; OLDS, 2000; ARAUJO, 2014).

Para alguns autores, como Piaget, o cognitivo se relaciona com a motricidade de forma a se adaptar ao meio em que vive, mesmo antes de adquirir a linguagem, e é a partir das diversas experimentações motoras que o indivíduo relaciona aspectos motores, perceptivos e cognitivos (OLIVEIRA; BAGAGI, 2009). Ainda segundo estas autoras, em relação ao fator social, a partir de 1970 autores já indicavam que a educação com atenção a psicomotricidade contribuía para ajudar as crianças com dificuldade na adaptação e participação no ambiente escolar, a desenvolver potencialidades e melhorar sua socialização.

Para que a criança possa se desenvolver de modo amplo nos conceitos formais e informais, faz-se necessário que lhes sejam apresentadas vivências motoras adequadas. Assim, o seu corpo vivido agirá de forma positiva no processo de construção da aprendizagem. (SILVA, 2005).

Sob essa ótica, o olhar para a criança, sobretudo a sobre a corporeidade, é sair da visão dualista cartesiana, que dicotomiza as pessoas entre corpo e mente, entre racional e material, entre protagonista e vilão. Segundo Nóbrega (2010), a visão racionalista do homem tende a priorizar a razão em relação do corpo, fazendo com que o ser humano perdesse a noção de que a vida é, acima de tudo, um acontecimento corporal.

A pesquisa buscou analisar na literatura como o tema da aprendizagem e desenvolvimento motor, bem como o da cultura corporal na infância são abordados no que diz respeito ao processo de formação em Pedagogia, correlacionando com as prerrogativas das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso sobre a temática em questão e o que outros documentos oficiais relacionados a educação instituem para a Educação Infantil.

Trata-se de um estudo exploratório, utilizando análise documental e revisão bibliográfica com abordagem predominantemente qualitativa. Foram consultadas as seguintes bases de dados: BIREME, LILACS, SciELO e Google Acadêmico, através da inserção em pesquisa das seguintes palavras-chave: Pedagogia, Desenvolvimento motor, Educação infantil e Corporeidade. Foram utilizados também como fontes de pesquisa, livros e artigos científicos de periódicos na área de pedagogia, psicologia, educação física e fisioterapia. Documentos como a Lei 9394/965 e as Diretrizes Curriculares Nacionais em Pedagogia também foram consultadas para fundamentar a pesquisa.

Foi realizada análise dos materiais, organizando-os e interpretando-os seguindo as propostas dos diferentes autores, para que fosse feito o tratamento metodológico dos documentos. Primeiramente foi levantada uma base de dados na literatura a partir da definição de subtemas formação do pedagogo e

aprendizagem e desenvolvimento motor no ensino infantil, bem como o estudo das diretrizes curriculares nacionais em pedagogia e da LDB. Em um segundo momento, foi realizada uma triagem acerca dos periódicos e conseqüentemente os artigos que seriam usados para posteriormente realizar análise de todo o material em consonância do que também foi pesquisado em livros e sites baseado no tema proposto.

. O quadro 1 mostra os materiais selecionados, o conteúdo presente e o que foi tomado como objeto de análise:

Quadro 1 – Análise de materiais

MATERIAL	CONTEÚDO	OBJETO DE ANÁLISE
Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96	Legislação que regulamenta o sistema educacional (público ou privado) do Brasil (da educação básica ao ensino superior). Estabelece os princípios da educação e os deveres do Estado em relação à educação escolar pública, definindo as responsabilidades, em regime de colaboração, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.	- Capítulo II - da educação básica; Seção II - da educação infantil: princípios e normas que norteiam o processo de escolarização no ensino infantil, carga horária, profissionais responsável e objetivos da educação nessa fase da escolarização.
Diretrizes Curriculares Nacionais em Pedagogia	Definem princípios, condições de ensino e de aprendizagem, procedimentos a serem observados em seu planejamento e avaliação, pelos órgãos dos sistemas de ensino e pelas instituições de	- Artigo 2º,4º,5º E 6º: tópicos que abordam aspectos relevantes na formação do pedagogo e perfil, habilidades e competências dos egressos do curso de pedagogia.

	educação superior do país, nos termos explicitados nos Pareceres CNE/CP nos 5/2005 e 3/2006.	
Artigos, Livros e outras bibliografias	Abordagem do processo de formação e atuação dos pedagogos em relação ao tema aprendizagem e desenvolvimento motor com foco no ensino infantil.	<ul style="list-style-type: none"> - Importância do conhecimento da aprendizagem e desenvolvimento motor na formação do pedagogo; - Psicomotricidade na educação infantil; - Competências e estratégias dos pedagogos para o desenvolvimento da motricidade das crianças no ensino infantil;

Fonte: LDB, DCN, PNE, CNE/CP.

DISCUSSÃO

1.1 Currículo na educação infantil: abordagem sobre a cultura da corporeidade

A escola como instituição educativa e de influência no aspecto biopsicossocial deve contemplar a aprendizagem e desenvolvimento motor das crianças através de abordagens que possam contribuir para a psicomotricidade dos alunos. A criança de 0 a 6 anos interage com o mundo de maneira essencialmente corporal e necessita de meios para que seu corpo descubra e vivencie novas experiências, explorando o ambiente em que vive e relacionando-se com ele socialmente. É fundamental que o professor da Educação Infantil (EI) esteja atento a estas questões motoras e possua um planejamento pedagógico que compreenda ações inovadoras e criativas, de caráter lúdico e expressivo, capazes de estimular tal processo de solicitações corporais. (OLIVEIRA, 2013; BATISTA, 2015).

Dentre o quadro da Educação Básica, a EI é contemplada pela Constituição Federal de 1988, defendendo o direito que as crianças pequenas têm sobre conviver e aprender com outras crianças e adultos fora do âmbito familiar em contextos educativos como a creche e a pré-escola. (OLIVEIRA, 2015).

Em relação às pesquisas sobre a EI sobre práticas educativas e cuidados na infância, diversos estudos foram realizados nas últimas décadas, abrangendo as mais variadas temáticas. Pesquisas sobre essas temáticas devem contribuir frente a processos de aprendizagem e desenvolvimento de crianças de até 5 anos de idade, em que as abordagens discutidas, contribuam para organizar vivências na EI que assegurem às crianças seus direitos de aprendizagem (NONO, 2010; OLIVEIRA, 2015). Dentre esses temas pesquisados destacam-se o planejamento do trabalho educativo com crianças de 0 a 6 anos, a necessária associação entre educar e cuidar nas creches e pré-escolas, o lúdico e o brincar na EI o espaço e o tempo na EI, o preparo dos profissionais da EI, o processo de aquisição da leitura e da escrita na infância, a interação de crianças de idades diferentes, o processo adaptativo da criança pequena e da família às creches e pré-escolas. (NONO, 2010).

Nos últimos anos, a discussão da centralidade da avaliação e do currículo, em relação as políticas educacionais e também relacionadas ao contexto das políticas sociais mais amplas, são objeto de estudos e pesquisas que anunciam tendências e perspectivas, mas também ponderam sobre dificuldades e contradições, associando fatores avaliativos na educação a questões que envolvem a gestão, o financiamento, a formação, e o currículo.

A EI, ao que compete a atribuição da educação por parte dos profissionais pedagogos, necessita que esse conjunto dos professores e demais profissionais da EI a necessidade de reflitam sobre a organização curricular dessa etapa de ensino para que seja defendida sua especificidade de maneira que seja integrada aos demais níveis de ensino, buscando superar fragmentações no processo educativo.

Kramer (2009, p. 12-13) aborda algumas discussões sobre pesquisas e políticas na EI, elencando também conquistas e desafios nas últimas três décadas:

[...] as pesquisas sobre educação infantil têm caminhado em paralelo com os avanços das políticas públicas em relação (1) à democratização do acesso (expresso de modo concreto no aumento do número de matrículas) e (2) à melhoria da qualidade empreendida pelos sistemas municipais e estaduais de ensino (alguns mais do que outros), mobilizados graças ao impacto dos movimentos sociais e das mudanças legais e institucionais, engendradas também pelo governo federal. A elaboração de diretrizes e a definição de critérios de qualidade, a recente aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e a ampliação do ensino fundamental para nove anos abrem perspectivas de mudanças.

[...] A situação da cobertura se alterou muito nos últimos 30 anos no Brasil, com avanços mais visíveis em relação às crianças de 4 a 6 anos, mas com um panorama ainda preocupante em relação àquelas de 0 a 3, nas creches. No que diz respeito à qualidade do trabalho realizado, os debates teóricos, os embates dos movimentos sociais e os esforços das políticas públicas (secretarias municipais, secretarias estaduais e Ministério da Educação) têm-se dirigido especialmente à busca de consenso sobre os critérios de qualidade para a educação infantil, o delineamento de alternativas curriculares e a formação de professores. Persistem inúmeros desafios: da concepção de políticas à implementação de propostas pedagógicas e às práticas, muitas são as conquistas a obter, tanto em termos teóricos quanto curriculares.

Na análise e discussão das questões curriculares, as vertentes políticas creem que para organizar o currículo da EI, precisam-se considerar conteúdos, saberes, conhecimentos e experiências. Assim, o currículo como um dos princípios do projeto pedagógico da instituição, devendo ser, sempre que possível problematizado em um processo democrático de discussão.

Dentre os principais desafios que circundam o campo da EI, destaca-se a interlocução entre a avaliação institucional e o currículo. Esta constitui uma das mais recentes questões que estão pautadas na agenda da primeira etapa da Educação Básica. Em relação as problemáticas que envolvem a sistematização da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), estão envolvidos professores, movimentos sociais e sindicais, familiares, pesquisadores, enfim, todos que têm interesse na temática buscando o mais eficaz desenvolvimento nessas questões. Desde 2010, diversas universidades e vários pesquisadores estão envolvidos nas equipes de trabalho. Ultimamente, com a publicação de uma proposta preliminar, iniciou uma nova etapa na elaboração da BNCC, que é o debate público com participação mediante plataforma *online* para registro das proposições de todos os interessados no assunto. (VIEIRA; CÔCO, 2016).

Dentre os debates que circundam a questão do currículo na EI, pedagogos e demais profissionais da educação, defendem que esta ferramenta deve abranger uma reelaboração de conhecimentos socialmente significativos de maneira que sejam relevantes de acordo com o contexto inserido para as novas gerações em uma sociedade complexa; efetivar-se na maneira de organizar e estruturar as práticas escolares rotineiras e ainda deve ser tida como parte da identificação de conhecimentos socialmente significativos e contextualmente relevantes para as crianças.

A discussão sobre o currículo necessita ter atenção às singularidades dos educandos e suas diversidades culturais, sociais, étnicas, em que se consiga no ambiente escolar e fora dele, promover experiências que lhes ofereçam a possibilidade de perceber um mundo diversificado, múltiplo e construir um sentido de si no processo. Para lograr sucesso nesse planejamento, que é fruto do trabalho coletivo e a reflexão de cada professor e do conjunto de profissionais da instituição educacional na efetivação de seu projeto pedagógico, deve-se requer o estabelecimento de uma relação de parceria da escola com as famílias, e entre as famílias, constituindo um ambiente norteado por um projeto pedagógico significativo para a comunidade, que complementa e promove experiências de aprendizagem dos educandos. (OLIVEIRA, 2015).

Apesar desses amplos debates, ainda são poucas as produções que formulam propostas acerca do ensino da Cultura Corporal na EI, entretanto, as que se tem, direcionam as ações a serem tomadas para a necessidade do ensino destes elementos.

Sobre a questão desse processo ser dado através de Pedagogos ou Professores de Educação Física, esta é uma questão muito discutida e de certo modo polêmica. Visto que para alguns o ensino na EI deve se dar pelo Pedagogo apenas, com o argumento que um professor para cada disciplina pode fragmentar o ensino. Já outras vertentes defendem que o professor de educação física é o profissional mais habilitado para o desenvolvimento de tais domínios, compreendendo que o que fragmenta o conhecimento não é o ensino por muitos professores ou divisão por disciplinas, mas, a própria forma

como o conhecimento se estabelece dentro das relações de uma sociedade dividida em classes. (FREITAS, 2009).

Vale destacar que o ensino das artes e conseqüentemente a participação dos profissionais da área, também é um campo que deveria entrar nesse debate. Neste sentido, é preciso refletir sobre a Cultura Corporal na EI, no sentido de perceber a importância de desde cedo que as crianças tenham contato com as mais diversas formas e modalidades de dança, a ginástica, o jogo, o esporte, a luta, etc. de forma sistematizada, sempre valorizando a cultura local. Pois se acredita que quanto mais elementos da cultura humana os pequenos acessam mais eles se desenvolvem, ou seja, quanto mais possibilidades de conhecimento as crianças têm, mais essas crianças irão se tornar seres humanos mais cidadãos. (DIAS, 2015).

Outro olhar fundamental para-se sobre a questão da discussão do currículo em relação ao curso de Pedagogia e no que concerne à EI. Em seu estudo, Costa (2005) teve como objetivo, com base em análise curricular, investigar a formação em seus pressupostos teórico-práticos, e os resultados mostrados revelam aspectos importantes tanto nas áreas prática (por exemplo: estágio) quanto teórica (referenciais e embasamento teórico). Evidenciando a necessidade de mudanças para uma proposta mais abrangente para a formação do professor da EI que integre a qualificação nesse *locus* educacional com a formação geral.

Anamaria Santana da Silva (2003) discutiu, em sua tese, a formação universitária para professores de Educação Infantil e demonstrou que os cursos de Pedagogia oferecidos em algumas universidades federais eram deficientes, porque apresentavam ausência de formação específica àqueles que desejassem atuar nesse nível da

Educação Básica. A autora também aponta que a prioridade dessa formação está na pré-escola; a criança e a infância ocupam espaço restrito nas discussões, no decorrer dos cinco cursos de Pedagogia de universidades federais investigados, identificando a presença incipiente de uma Pedagogia da Educação Infantil, embora haja predominância do modelo escolar do Ensino Fundamental. (SILVA, 2003 apud OLIVEIRA; SILVA; GUIMARÃES, 2015).

Em relação a aprendizagem e desenvolvimento da motricidade na infância, o conhecimento sobre corporeidade é tido como fundamental para entender que o processo de ensino aprendizagem, que considera o corpo, precisa entender o ser humano que vive na sua corporeidade e dessa forma ter outra visão da prática educativa. A temática da corporeidade é ainda nova para muitos pesquisadores e educadores, sendo um tema complexo, mas que não necessariamente complicado, que envolve outras teorias. (GUIMARÃES; MOREIRA, 2006).

Quando a criança tem experiências com atividades psicomotoras que possibilita a elas conseguir separar o objeto de seu significado, falar daquilo que está ausente e representar corporalmente, podendo relacionar aprendizagem de conceitos formais e aprendizagem de conceitos do cotidiano, pois o corpo e o estágio psíquico estão constantemente num estado funcionando inseparavelmente. (SILVA, 2005).

Bezerra e Moreira (2013) preconizam que haja uma ampliação em relação ao que se conhece sobre a linguagem corporal, entendendo que existem dimensões da aprendizagem relacionadas às linguagens corporais que tem uma dependência de serem manifestadas somente pela execução de gestos, pelo ato de movimentar-se e de expressar-se, o que torna essa linguagem difícil de ser descrita, explicada ou racionalizada.

De Meur e Staes (1989) elucidam que a criança irá sentir-se bem e também agirá com naturalidade à medida que conhece o seu próprio corpo e, à medida que for desenvolvendo, tiver domínio sobre seus movimentos. Este domínio se dá a partir do momento em que a criança começa a tomar consciência do seu potencial físico e de como o seu corpo ocupa no meio, sentindo-se habilitada para realizar atividades que antes não fazia ou tinha insegurança devido ao fator dificuldade.

Segundo o que preconiza o currículo da EI, analisado por Silva (2005):

[...] O professor deve trabalhar o movimento para ampliar as possibilidades expressivas do próprio movimento, utilizando gestos diversos e o ritmo corporal nas brincadeiras, danças e jogos e demais situações de interação; explorar diferentes qualidades e dinâmicas do movimento, como força, velocidade, resistência e flexibilidade, conhecendo gradativamente os limites e as potencialidades de seu corpo; controlar gradualmente o próprio movimento, aperfeiçoando seus recursos de deslocamento e ajustando suas habilidades motoras para utilização em jogos, brincadeiras e demais situações; utilizar os movimentos de pressão, encaixe, lançamento, para ampliar suas possibilidades de manuseio dos diferentes materiais e objetos; apropriar-se progressivamente da imagem global de seu corpo, conhecendo e identificando seus segmentos e elementos, e desenvolvendo cada vez mais atitude de interesse e de cuidado com o próprio corpo.

A escola como instituição educativa e de influência no aspecto biopsicossocial deve contemplar a aprendizagem e desenvolvimento motor das crianças através de abordagens que possam contribuir para a psicomotricidade dos alunos. O profissional pedagogo é fundamental nas escolas para elaborar e orientar atividades que instruem e aprimorem a motricidade das crianças, promovendo um melhor aprendizado a partir de práticas pedagógicas que estimulem o desempenho cognitivo e motor

(OLIVEIRA, 2013). Desta forma, a formação em pedagogia contempla o ensino à crianças de 0 a 10 anos em idade escolar regular; pois o profissional formado está apto a atuar no ambiente escolar no ensino infantil (0 a 5 anos) e anos iniciais do ensino fundamental (6 a 10 anos). (BRASIL, 2006).

Para atender as especificidades exigidas na compreensão e atuação do pedagogo de acordo com suas competências, a estrutura do curso de formação em pedagogia deve estar em consonância com as diretrizes curriculares nacionais, devendo atender, dentre outros, aspectos relacionados ao desenvolvimento da motricidade:

Art. 6º: A estrutura do curso de Pedagogia, respeitadas a diversidade nacional e a autonomia pedagógica das instituições, constituir-se-á de: I - um núcleo de estudos básicos que, sem perder de vista a diversidade e a multiculturalidade da sociedade brasileira, por meio do estudo acurado da literatura pertinente e de realidades educacionais, assim como por meio de reflexão e ações críticas, articulará: [...] e) **aplicação, em práticas educativas, de conhecimentos de processos de desenvolvimento de crianças** (*grifo nosso*), adolescentes, jovens e adultos, **nas dimensões física** (*grifo nosso*), cognitiva, afetiva, estética, cultural, lúdica, artística, ética e biossocial. (BRASIL, 2006).

Para que esses propósitos sejam alcançados de maneira eficaz, a prática formativa do acadêmico em pedagogia e suas práticas devem contemplar, através de instrumentos e atividades, o processo de aprendizagem e desenvolvimento motor dos escolares de acordo com sua faixa etária e características individuais, sendo necessários, conhecimentos das fases motoras do crescimento para ampliação de estratégias pedagógicas

Na infância, os aspectos cognitivos, motores e afetivos sociais ocorrem de maneira gradativa de acordo com o seu desenvolvimento. No contexto escolar, fazem-se necessárias propostas de aulas que trabalhem com atividades

psicomotoras que auxiliem no processo de aprendizagem. Evidenciando que a psicomotricidade deve ser trabalhada durante a formação em pedagogia, pois é esse o profissional responsável no contexto escolar, para o desenvolvimento na criança nos aspectos como: coordenação motora ampla e fina, equilíbrio, ritmo, lateralidade, esquema corporal, estruturação espacial e orientação temporal. (AQUINO et al., 2012).

A aprendizagem de determinados comportamentos motores traz aspectos significativos para cada faixa etária das crianças adquirindo um alto valor para seu desenvolvimento, sendo que cada aquisição nos domínios cognitivos e motores a partir das diferentes experiências no meio que está inserido, reflete no aprimoramento de diferentes capacidades na criança. (LE BOULCH, 2001; DAOLIO, 2010).

Compreender os aspectos relacionados aos processos de aprendizagem e desenvolvimento motor dos alunos do ensino infantil, que precedem e fundamentam as capacidades motoras que devem ser consolidadas para alcançar motricidade necessária para o desenvolvimento escolar nos anos iniciais do ensino fundamental, é imprescindível para o trabalho do pedagogo. Haywood e Getchell (2010) dividem as fases motoras em movimentos fundamentais e movimentos especializados:

Movimentos fundamentais:

Estágio inicial (até os 2 anos de idade) – é caracterizado pela integração dos movimentos espaciais e temporais ainda pobres, imprecisos e sequenciados, restritos pelo uso exagerado do corpo e por falhas na coordenação e no ritmo.

Por exemplo: a criança não consegue se sustentar em pé sozinha, pois seu equilíbrio ainda é falho, deixa cair objetos e brinquedos com frequência;

Estágio elementar (dos 3 aos 4 anos) – envolve maior controle e melhor coordenação rítmica dos movimentos. Ocorre melhora da sincronia espaço temporal, mas os movimentos ainda são restritos ou exagerados, embora mais coordenados com relação aos movimentos do estágio anterior;

Estágio maduro (dos 5 aos 6 anos) – é caracterizado por desempenhos eficientes, coordenados e controlados. Por exemplo: a criança caminha, corre e manipula objetos com equilíbrio e segurança.

Movimentos especializados:

Estágio transitório (dos 7 aos 8 anos) – nesse momento, a criança começa a combinar seus movimentos fundamentais e a desempenhar atividades relacionadas ao esporte e à recreação, por exemplo: combinação de movimentos como correr e saltar, correr e lançar a bola etc.

A criança de 9 a 10 anos de idade está entrando em um período em que se combinam habilidades motoras básicas; período que antecede o estágio de aplicação (dos 11 aos 13 anos) e estágio de utilização permanente (a partir dos 14 anos continuando por toda a vida adulta). Assim, devendo vivenciar uma enorme variedade de movimentos, não podendo de forma alguma, especializar esse indivíduo em uma única habilidade. (FUNDAÇÃO VALE, 2013).

1.2 Prerrogativas da formação em Pedagogia para a Educação Infantil em relação a motricidade

A formação em pedagogia deve estar de acordo com as diretrizes curriculares nacionais em pedagogia. No que concerne ao tema aprendizagem e desenvolvimento motor, percebe-se que há atenção a esse tema no que é expresso nas diretrizes curriculares nacionais em pedagogia onde segue em seu Art. 5º no qual, o egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a:

[...] II - compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social;

[...] V - reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas;

[...] VI - ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano [...]. (BRASIL, 2006).

A educação do ensino infantil é dever do Estado, devendo funcionar em período integral ou parcial, pautada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) e através do o Plano Nacional da Educação – PNE. Tem o profissional pedagogo, como um dos responsáveis pela orientação quanto à aprendizagem e desenvolvimento motor das crianças de 0 a 5 anos de idade. Logo, esses professores se fazem presentes em grande parte da jornada diária dos alunos durante o ano letivo. O Plano Nacional de Educação – PNE (2001-2010) aponta que:

A ampliação da jornada escolar para turno integral tem dado bons resultados [...] os itens 20 e 21 propõem ampliar progressivamente a jornada escolar visando expandir a escola de tempo integral para pelo menos 7 horas diárias e ressaltam que as escolas de tempo integral devem preferencialmente atender as crianças de famílias de menor renda. Há um Projeto de Lei referente ao Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020, em tramitação no Congresso Nacional, que vai na mesma direção: na sua meta 6, propõe a oferta progressiva de educação integral em 50% das escolas públicas de educação básica. Indica também a importância de se fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos e equipamentos públicos como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros e cinema.

A escola como espaço de integração e desenvolvimento biopsicossocial da criança, principalmente na infância, requer um cuidado com a prática

pedagógica aplicada, devendo configurar-se como uma ação processual, individual, coletiva e interdisciplinar; exigindo dos sujeitos: princípios, organização, conteúdos e diferentes abordagens no fenômeno educativo, através de uma prática pedagógica dinâmica, humanizadora e um currículo que contemple a criança em desenvolvimento (LIMA, 2012). Compreendendo com o que é exposto no Art. 29 da LDB nº 9.394/96:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 2006, p. 41).

Há ainda o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI), que trata sobre os objetivos e práticas pedagógicas frente aos alunos de 0 a 6 anos de idade, o qual estabelece alguns objetivos e atividades em relação ao processo ensino-aprendizagem no que diz respeito ao corpo e movimento que os professores da educação infantil podem trabalhar junto aos seus alunos:

[...] Descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo, suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidado com a própria saúde e bem-estar; - Brincar, expressando emoções, sentimento, pensamentos, desejos e necessidades; - Utilizar as diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, oral e escrita) ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender e ser compreendido, expressar suas ideias, sentimentos, necessidades e desejos e avançar no seu processo de construção de significados enriquecendo cada vez mais sua capacidade expressiva. (BRASIL, 1998, p. 63).

O acadêmico em pedagogia, futuro pedagogo, durante sua formação e atuação tem um papel fundamental e as vezes exclusivo na compreensão dos fenômenos relacionados ao aspecto motor das crianças no ensino infantil,

possibilitando a vivência de atividades programadas com objetivos definidos para a sua aprendizagem e desenvolvimento, fazendo com que a ludicidade tenha propósitos além da interação, integração e diversão.

1.3 O tema da aprendizagem e desenvolvimento motor na infância na formação em Pedagogia

Em um estudo realizado pela Faculdade de Ciências da Educação e Saúde Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, no curso de Licenciatura em educação física, foram entrevistados vinte professores com formação inicial em pedagogia que estavam em exercício docente em uma escola da secretaria de educação do Distrito Federal, localizada em Sobradinho, onde ministram aulas para alunos da educação infantil. Foi aplicado um questionário com oito perguntas objetivas. Dentre os professores entrevistados, 75% afirmaram ter adquirido algum conhecimento sobre psicomotricidade durante sua formação inicial, entretanto, eles não possuíam conhecimentos aprofundados acerca dos aspectos psicomotores a serem trabalhados com os educandos. As aulas reduziam-se a abordagens superficiais ou, até mesmo, inexistentes de desenvolvimento das capacidades psicomotoras. A justificativa para tal fato pelos docentes decorreu também em função da falta de material e de espaço físico adequado. (MELO, 2015).

Os docentes também foram questionados sobre a importância de trabalhar aspectos psicomotores na educação infantil, dentre eles, em ordem de importância, 30% afirmaram ser de grande importância esses trabalhos na preparação para a alfabetização é, 25% responderam ser imprescindível para a coordenação motora grossa e fina, 23% para desenvolver conceitos de

lateralidade e 22% responderam que há grande importância em trabalhar a psicomotricidade com o objetivo de desenvolver o raciocínio lógico do aluno. (MELO, 2015).

A formação em pedagogia trabalha atividades como correr, saltar, rolar, arremessar, subir, descer, engatinhar e encaixar para ajudar a desenvolver habilidades motoras nas crianças a partir construção e aplicação metodológica a partir de diferentes dinâmicas. O toque também precisa ser estimulado, ajudando a criança também a aguçar a sensibilidade e conhecimento do seu corpo. “Ao movimentarem-se as crianças expressam sentimentos, emoções e pensamentos, ampliando as possibilidades do uso significado de gestos e posturas corporais”. (BRASIL, 1998, p. 15).

Em outro estudo, foi analisada a percepção do pedagogo sobre a importância do desenvolvimento psicomotor na primeira infância e teve como objetivos específicos a relacionar o papel do pedagogo com a prática motora na primeira infância e refletir sobre o comprometimento e atuação deste profissional. Para tanto, foi elaborada uma pesquisa descritiva exploratória utilizando um questionário com perguntas referentes à ação pedagógica dos pedagogos. Foram entrevistadas cinco pedagogas provenientes de escolas municipais e privadas de ensino infantil da cidade de Cachoeirinha e Porto Alegre – RS. Em relação as práticas educativas existentes na rede municipal, as atividades relatadas variavam entre música, artes plásticas, jogos, brincadeiras corporais. Já na escola privada, as práticas estavam relacionadas a artes, natação, educação física e hora do conto. Na escola municipal, em relação as práticas relacionadas a motricidade no ensino infantil, o papel das pedagogas voltava-se para orientar e organizar as atividades e muitas vezes havia uma

carência de materiais e espaços. Na escola da rede privada, percebeu-se que existem profissionais qualificados e materiais diversificados para a prática envolvendo aprendizagem e desenvolvimento motor das crianças, além das professoras apresentarem um papel afetivo e de comprometimento com a criança. (NEIS, 2010).

Compreende-se que o pedagogo é uma base para a sustentação e aplicação dessas práticas, devendo esse profissional ter em sua formação acadêmica, subsídios que possam instruí-lo a fomentar o seu planejamento e desenvolvimento das suas práticas em diferentes realidades. Contudo, ainda é preciso entender que professor de educação infantil sofre um enorme desestímulo que vai desde a remuneração até a formação, trabalhando muitas vezes em condições precárias. (KULISZ, 2004; NEIS, 2010).

CONCLUSÕES

A formação em pedagogia deve contemplar o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos cognitivos, físicos e sociais principalmente no ensino infantil, momento em que as crianças têm contato com diferentes experiências, práticas e matérias, devendo o pedagogo no ambiente escolar explorar e desenvolver o máximo de potencialidades. Segundo Negrine (2002, p. 23):

Na Educação Infantil, os professores que são preparados para atuar neste âmbito precisam realizar tarefas e funções múltiplas. Em outras palavras, cabe a eles proporcionar experiências variadas às crianças: informativas, recreativas, motoras, musicais, plásticas, etc. A lógica é formar um professor unidocente que dê conta de tudo e de todos.

O estudo do tema corporeidade e motricidade na EI se faz importante no processo de construção curricular nos cursos de Pedagogia pois estes pautam-se a partir de diretrizes que orientam suas atuações, que preconizam dentre outros cuidados, a orientação do ensino a prática física e orientação a estímulos motores para que a criança possa descobrir, compreender e desenvolver habilidades em relação a como o seu corpo interage com o meio.

Faz-se necessária durante o processo de formação dos acadêmicos de Pedagogia a abordagem de disciplinas teóricas e práticas que ajudem o acadêmico a entender os processos biológicos (cognitivos e motores) relacionados ao crescimento na infância e sua associação a práticas pedagógicas condizentes a sua faixa etária, evitando sub ou superestimar as crianças. Devendo ainda, associar essas práticas educativas ao conteúdo cultural em que o aluno está inserido, conhecendo e explorando as potencialidades do seu corpo.

Em relação ao desenvolvimento da motricidade no âmbito escolar principalmente na EI, onde muitas vezes não se faz presente o profissional de educação física, cabe ao pedagogo desenvolver atividades em prol da aprendizagem e aperfeiçoamento de aspectos motores durante o crescimento dos educandos. O tema aprendizagem e desenvolvimento motor especificamente ainda é pouco discutido na literatura em relação a formação em Pedagogia, sendo que esta problematização nessa fase escolar é mais discutida de forma ampla em torno de aspectos teóricos da psicomotricidade.

Em atenção ao tema aqui discutido, faz-se pertinente elucidar sobre o processo de construção a que são submetidos os processos de elaboração dos cursos de licenciatura em pedagogia, que seus projetos pedagógicos devam

estar em consonância com o que é preconizado na LDB, nas DCNs em pedagogia e outros documentos e literaturas que ajudem e discutam o processo de formação e atuação do pedagogo, para que durante a licenciatura sejam explorados, problematizados e discutidos, de maneira teórica e prática, o processo de aprendizagem e desenvolvimento motor na infância e atividades relacionadas a orientar estímulos e práticas pedagógicas no ensino infantil. Além dessas reflexões, pode-se recorrer a abordagem interdisciplinar na formação bem como na atuação, juntamente aos cursos da saúde e seus profissionais competentes nesse campo como educadores físicos, fisioterapeutas e psicólogos.

REFERÊNCIAS

AQUINO, M. et. al. Psicomotricidade como ferramenta da educação física na educação infantil. *Revista Brasileira de Futsal e Futebol*, Edição Especial: Pedagogia do Esporte, São Paulo, v.4, n.14, p.245-257. jan/dez. 2012.

ARAUJO, L.F. *A psicomotricidade como ferramenta pedagógica nas aulas de educação física*. Trabalho de conclusão de Curso. Faculdade de Ciências da Educação e Saúde Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. 2014. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/9032/6631>>. Acesso em: 21 ago. 2015.

BEZERRA, F.L.L; MOREIRA, W.W. Corpo e educação: o estado da arte sobre o corpo no processo de ensino aprendizagem. *Revista Encontro de Pesquisa em Educação*, Uberaba, v. 1, n.1, p. 61-75, 2013.

BATISTA, A.D.S. *O movimento na educação infantil: como o professor de educação física pode contribuir?* 2015. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

BRASIL. Lei n. 9.394 de 20/12/96. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, ano CXXXIV, n. 248, p. 27.833-27.841, 23 dez. 1996.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e bases da educação nacional. Lei 9.394/96*. 10. ed. Carlos Roberto Jamil Cury. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2006, p. 214.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de educação fundamental. *Referencial curricular nacional para a educação infantil*. Brasília, DF: MEC\SEF, 1998, 269 p.

_____. RESOLUÇÃO CNE/CP 1/2006. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. *Diário Oficial da União*, Brasília, 16 de maio de 2006, Seção 1, p. 11.

COSTA, R. T. *A habilitação em Educação Infantil no curso de Pedagogia da PUC-SP: um estudo de caso*. 2005. 193f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2005.

DAOLIO, J. *Educação Física e o conceito de cultura*. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

DIAS, R.S. L. *Crítica da concepção de criança, de educação e de cultura corporal na educação infantil: análise dos documentos oficiais*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Educação – UEFS. Feira de Santana, 2015. Disponível em: <<http://tede2.uefs.br:8080/handle/tede/340#preview-link0>>. Acesso em: 06 de dez. 2016.

FREITAS, L.C.A. Luta por uma pedagogia do meio: revisitando o conceito. IN: PISTRAK, Moisey Mikhaylovich. *A escola comuna*. Tradução de Luiz Carlos de Freitas e Alexandra Marenich. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2009.

FUNDAÇÃO VALE. *Proposta pedagógica de esporte: Brasil Vale Ouro*. Brasília: Fundação Vale, UNESCO, 2013.

GUIMARÃES, A. M.; MOREIRA, W.W. Educação física no ensino médio: o estudo da corporeidade. In: IV MOSTRA ACADÊMICA UNIMEP, 2012, Piracicaba. *Anais...* Piracicaba: UNIMEP, p.1-6, 2006

HAYWOOD, K. M.; GETCHELL, N. *Desenvolvimento motor ao longo da vida*. 5. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2010.

KULISZ, B. *Professoras em cena: o que faz a diferença?* Porto Alegre, RS: Mediação, 2004, 128 p.

KRAMER, S. (Org.). *Retratos de um desafio*. Crianças e adultos na educação infantil. São Paulo: Ática, 2009.

LE BOULCH, J. *Educação psicomotora: a psicocinética na idade pré-escolar*. Porto Alegre, RS: Artmed, 2001.

LIMA, R. C.; SÉRGIO, M. C.; SOUZA, A. C. A prática docente do professor da educação infantil: Contribuições para o desenvolvimento das crianças. *Revista e-curriculum*, São Paulo, v.8 n.1 abril, 2012. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum> >. Acesso em: 20 ago. 2015.

LOPES, A. C. *Currículo e epistemologia*. Ijuí, RS: Editora UNIJUÍ, 2007. 232p.

MELO, A.C.S.F. *Psicomotricidade e formação dos professores de educação infantil*. Trabalho de conclusão de curso. Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES, 2015. Disponível em: <<http://www.repositorio.uniceub.br/bitstream/235/7556/1/21355025.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

MEUR, D.; STAES, L. *Psicomotricidade: educação e reeducação: níveis maternal e infantil*. São Paulo, SP: Manole, 1989.

NEGRINE, Airton. *O corpo na educação infantil*. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2002, 234 p.

NEIS, G. Percepção do pedagogo sobre a importância do desenvolvimento psicomotor na primeira infância. *Revista digital efdeportes*, Buenos Aires, Año 14, nº 140, Enero, 2010. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/>>.

NÓBREGA, T. P. da. *Uma fenomenologia do corpo*. Natal, RN: Editora livraria da Física, 2010

NONO, MaéviAnabel. Breve Histórico da Educação Infantil no Brasil. Acervo *digital da Unesp* [Online], Botucatu, 2010. Disponível em:

<<http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/227>>. Acesso em: 10 de dez. 2016.

OLIVEIRA, L.M.; BAGAGI, P.S. Psicomotricidade e desenvolvimento motor na pré-escola. *Revista científica eletrônica de pedagogia*, Ano VII – Número 13 – Janeiro de 2009.

OLIVEIRA, A.F.S.; SOUZA, J. M. A importância da psicomotricidade no processo de aprendizagem infantil. *Revista Fiar: Revista Núcleo de Pesquisa e Extensão*, Ariquemes, v.2, n.1, p.125-146, 2013.

OLIVEIRA, D.R.; SILVA, R.A.G.; GUIMARÃES, C.M. Formação do professor de educação infantil no curso de pedagogia: reflexões a partir da análise das produções científicas (2002-2013). *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 10, n. 1, 2015.

OLIVEIRA, Z.N.R. Base Nacional Comum para a Educação Infantil: um tema em debate. *Revista Veras*, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 78-87, jul./dez., 2015.

PAPALIA, D.; OLDS, S.W. *Desenvolvimento humano*. São Paulo, SP: ArtMéd, 2000.

SILVA, A. R. *O lugar do corpo na escola: uma revisão da abordagem psicomotora direcionada a crianças de 4 a 6 anos*. Monografia – UNICEUB - Centro Universitário de Brasília. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://repositorio.uniceub.br/bitstream/235/6576/1/40250770.pdf>>. Acesso em: 30 nov.de 2016.

UNESCO. *Bases sólidas: educação e cuidados na primeira infância*. São Paulo, SP: Moderna, 2007, 416 p.

VIEIRA, M.N.A.; CÔCO, V. Avaliação e Currículo na Educação Básica: a especificidade da Educação Infantil. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, p. 812-831, v. 11, n. 3, set./dez. 2016. Disponível em:

<<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>>. Acesso em: 08 dez. 2016.

Recebido: 01 de fevereiro de 2017

Aceito: 27 de abril de 2017

Publicado: 10 de maio de 2017